



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Fávaro, para prestar esclarecimentos a respeito das possíveis irregularidades no uso de terras no Pantanal, especificamente relacionadas à ocupação de terras públicas para atividades agrícolas ou pecuárias por parte de organizações como a ECOTRÓPICA e o Instituto Homem Pantaneiro.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito das possíveis irregularidades no uso de terras no Pantanal, especificamente relacionadas à ocupação de terras públicas para atividades agrícolas ou pecuárias por parte de organizações como a ECOTRÓPICA e o Instituto Homem Pantaneiro, conforme amplamente noticiado pela mídia¹:

Considerando que a área do Pantanal é estratégica tanto para a preservação ambiental quanto para atividades agropecuárias, e levando em conta as denúncias de que tais organizações podem estar envolvidas em práticas de grilagem e apropriação indevida de terras, gostaria de esclarecer os seguintes pontos:

¹ <https://correiodoestado.com.br/cidades/ong-ambientalista-e-denunciada-por-grilagem-de-terras-no-pantanal/442452/>
<https://www.comprerural.com/ong-ambientalista-e-acusada-de-grilagem-de-terras-no-pantanal/>
<https://www.folhadoestado.com.br/geral/ong-ambientalista-e-acusada-de-grilagem-de-terras-no-pantanal-aponta-denuncia-de-empresario/615667>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

1. O Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA - tem conhecimento de alguma ação irregular em relação ao uso de terras no Pantanal, que envolva atividades agrícolas ou pecuárias ilegais? Caso afirmativo, quais medidas foram tomadas até o momento?
2. As organizações ECOTRÓPICA e Instituto Homem Pantaneiro possuem alguma ligação formal com atividades agrícolas ou pecuárias na região do Pantanal? Caso positivo, estas atividades estão em conformidade com as exigências legais sobre uso de terras e preservação ambiental?
3. O MAPA realizou alguma fiscalização ou inspeção nas terras supostamente envolvidas na grilagem, especialmente em relação à adequação das atividades agrárias ou pecuárias nessas áreas?
4. Quais providências o Ministério pretende tomar, caso as denúncias de irregularidades nas terras do Pantanal se confirmem, para regularizar a situação fundiária e garantir a preservação da área e o uso legal das terras?

JUSTIFICATIVA

O Pantanal é, sem dúvida, um dos mais importantes ecossistemas do mundo, considerado patrimônio natural da humanidade pela sua biodiversidade e complexidade ecológica. Sua preservação é fundamental para o equilíbrio ambiental, não apenas do Brasil, mas do planeta. Contudo, essa área tem sido alvo de diversas práticas ilegais, como a grilagem de terras, que comprometem a sua integridade e as políticas públicas voltadas à sua preservação. No contexto dessas ameaças, faz-se necessária uma intervenção rigorosa e coordenada das autoridades competentes.

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) possui responsabilidade direta sobre a regulamentação das atividades agropecuárias e o uso das terras brasileiras, com a função de garantir que o uso da terra para atividades como a agricultura e a pecuária respeite as normas legais e ambientais estabelecidas. Isso inclui a fiscalização da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

utilização de terras públicas, que são especialmente sensíveis, como é o caso das áreas do Pantanal, que exigem cuidados adicionais devido à sua relevância ecológica.

A grilagem de terras, uma prática ilegal de apropriação de terras públicas, é um dos maiores desafios enfrentados pelo Brasil no que se refere à preservação ambiental e à justiça social. Organizações que alegam estar comprometidas com a preservação ambiental, como a ECOTRÓPICA e o Instituto Homem Pantaneiro, têm sido acusadas de estarem envolvidas nessa prática, utilizando-se de mecanismos fraudulentos para apropriar-se de terras públicas e, ao fazê-lo, comprometendo a integridade do Pantanal e o direito das comunidades locais.

Essas acusações são graves, pois envolvem a manipulação de registros fundiários e o uso de documentos falsificados para justificar a ocupação de terras que pertencem ao Estado ou à União. O impacto dessa grilagem não é apenas econômico, mas também social e ambiental. A ocupação ilegal de terras afeta a regularização fundiária, dificulta o acesso a serviços públicos essenciais para a população local e prejudica o meio ambiente, que é comprometido pela exploração ilegal das áreas.

As organizações ECOTRÓPICA e Instituto Homem Pantaneiro, embora apresentem uma imagem pública voltada para a preservação ambiental, precisam ser devidamente investigadas quanto à sua real atuação na região e quanto ao uso de recursos públicos ou incentivos fiscais que possam ter recebido para financiar suas atividades. A transparência sobre o uso de recursos e a finalidade de projetos ambientais é fundamental para garantir que esses recursos não estejam sendo desviados para práticas ilegais ou contrárias ao interesse público.

O MAPA, como órgão responsável pela fiscalização do uso das terras para fins agropecuários, tem a responsabilidade de garantir que as terras destinadas ao uso privado estejam sendo utilizadas de acordo com a legislação e com os objetivos de preservação. É imperativo que o Ministério verifique se há práticas ilegais ocorrendo em terras pantaneiras e se estas atividades estão sendo conduzidas dentro dos parâmetros estabelecidos pelas leis federais, estaduais e municipais.

A regularização fundiária no Pantanal é um dos maiores desafios que o Brasil enfrenta em termos de gestão de territórios, e a atuação do MAPA deve ser firme na





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

fiscalização das áreas que estão sendo alvo de especulação imobiliária ou de ocupações ilegais. Isso inclui a verificação do processo de regularização de terras e a identificação de possíveis falsificações de documentos ou manipulação de registros fundiários.

No contexto das denúncias contra a ECOTRÓPICA e o Instituto Homem Pantaneiro, é importante que o Ministério se debruce sobre os documentos utilizados por essas entidades para justificar a ocupação de terras. Caso se confirme que essas organizações têm se utilizado de métodos fraudulentos, o MAPA deverá adotar as medidas necessárias para garantir a restituição das terras ao Estado, além da responsabilização das entidades e indivíduos envolvidos.

Além disso, é fundamental que o Ministério da Agricultura e Pecuária atue em conjunto com outras autoridades competentes, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e até mesmo o Ministério Público Federal (MPF), para coordenar a fiscalização e as investigações sobre as práticas ilegais de apropriação de terras no Pantanal.

A atuação do MAPA não pode se limitar apenas à fiscalização de terras destinadas ao uso agropecuário, mas também deve ser uma ação contínua de monitoramento e auditoria em terras de áreas protegidas e sensíveis. O Ministério deve garantir que, ao longo de todo o processo de uso da terra, sejam observadas as normas que asseguram a preservação ambiental, especialmente em um bioma tão rico e vulnerável como o Pantanal.

Outro ponto que merece atenção é o uso de recursos públicos. As organizações que atuam na região, incluindo as denunciadas, têm acesso a recursos financeiros oriundos de doações privadas e também de incentivos fiscais, seja por meio de isenções ou financiamentos a projetos ambientais. Caso o MAPA constate que esses recursos estão sendo desviados para práticas ilegais, como a grilagem de terras, o Ministério deve adotar medidas rigorosas para responsabilizar os envolvidos.

O MAPA também deve ser transparente em relação às ações tomadas para investigar as acusações e fornecer à sociedade informações claras sobre os processos de fiscalização. A transparência é um pilar fundamental para garantir a confiança da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

população nas ações do Governo Federal e nas políticas públicas voltadas à preservação ambiental e à justiça fundiária.

Por fim, é necessário garantir a proteção do Pantanal e a regularização fundiária em conformidade com a legislação vigente. O MAPA tem um papel central nesse processo e deve ser enfático na investigação e fiscalização de práticas ilegais que prejudicam não apenas o meio ambiente, mas também os direitos das populações locais e o interesse público.

A atuação do Ministério é essencial para que a justiça prevaleça no Pantanal, e as medidas tomadas devem ser eficazes, transparentes e em total consonância com as leis ambientais e fundiárias. O governo deve assegurar que a terra seja utilizada de forma legal, responsável.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em 20 de janeiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 06/02/2025 16:42:31.617 - Mesa

RIC n.225/2025



* CD 257769122900 *